

Ao Grupo Especializado no atendimento às Vítimas de Racismo e Intolerância em Goiás - GEACRI

Aliança Nacional LGBTI+, inscrita no CNPJ nº 06.925.318/0001-60, com sede na Avenida Marechal Floriano Peixoto, 366 cj, 43, Curitiba/PR, **Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas – ABRAFH** inscrita no CNPJ: 23.420.475/0001-32, com sede na Avenida Marechal Floriano Peixoto, 366 cj, 43, Curitiba/PR, por meio de sua procuradora que esta subscreve, vêm à presença de Vossa Excelência apresentar:

NOTÍCIA CRIME PELA POSSÍVEL PRÁTICA DE HOMOTRANSFOBIA NOS MOLDES DO ARTIGO 20, §2º DA LEI 7.716/89 E DECISÃO DO STF NA ADO 26 E MI 4.733

contra **Cássia Kis**, brasileira, atriz, qualificação desconhecida.

1. DOS FATOS

No dia 21 de outubro de 2022 a atriz Cássia Kis em live realizada com a jornalista Neda Nagle proferiu falas extremamente discriminatórias e potencialmente criminosas contra toda a comunidade LGBTI+ do Brasil.

Durante a live a atriz disse o seguinte:

"Não existe mais o homem e a mulher, mas a mulher com mulher e homem com homem, essa ideologia de gênero que já está nas escolas. Eu recebo as imagens inacreditáveis de crianças de 6, 7 anos se beijando.

O que está por trás disso? Destruir a família. Destruir a vida humana? Porque onde eu saiba homem com homem não dá filho, mulher com mulher também não dá filho. Como a gente

vai fazer? Se você tem um casal gay é uma coisa, quando eles querem adotar uma criança, mas e quando não tiver mais?"

As falas da atriz são surreais, é assustador que em 2022 uma pessoa pública com tamanho alcance use sua visibilidade para propagar o ódio contra uma população vulnerabilizada.

As falas partem de um pressuposto que o padrão cisheteronormativo está ameaçado por pessoas LGBTI+, quando na realidade os índices de violência contra a população LGBTI+ cresce ano após ano, um exemplo evidente disso é o aumento de mais de 80% de crimes sexuais contra a população LGBTI+ registrado no anuário de segurança pública de 2022.

Tais crimes muitas vezes são motivados pela crença de que as pessoas LGBTI+ podem ser “consertadas” a partir do chamado “estupro corretivo”.

Nos assombra que a atriz pense que a população LGBTI+ quer “destruir a família”, pelo contrário, uma das associações que subscreve esta peça tem como objetivo justamente a proteção de todas as famílias, o slogan da Abrafh é literalmente “porque toda família merece proteção”, inclusive as famílias com composição cisheteronormativa.

Ninguém deseja destruir a família de ninguém, mas demandamos respeito às nossas, independentemente de orientação sexual ou identidade de gênero.

Em seguida a atriz emite falas preconceituosas no sentido de reprodução humana. Ora! Relacionamentos afetivos independem de vontade de reprodução, e mesmo para casais homoafetivos há plenamente a possibilidade de uso de técnicas de reprodução assistida reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina desde 2013.

É irônico, entretanto, que a relação humana na mente da atriz deva ser baseada tão somente na capacidade de perpetuação da espécie. Nesse sentido estariam as pessoas que dedicam sua vida ao celibato cometendo algum tipo de afronta à família? Nos parece que não, a argumentação da Noticiada é falaciosa e criminosa.

Lembramos ainda que as orientações sexuais diversas da heteronormatividade são reconhecidas como características inerentes ao ser humano

desde 1990 pela OMS, assim como as transgeneridades são reconhecidas da mesma forma desde 2018¹.

Ou seja, não há qualquer embasamento médico ou legal para que a atriz questione a normalidade da questão de gênero, atribuindo adjetivos preconceituoso que infringem a Lei de Racismo.

A marginalização que a Noticiada defende é extremamente prejudicial para pessoas que só querem viver suas vidas e entender sobre si mesmas, terem um espaço acolhedor na sociedade que não as julgue por serem quem são.

Vale lembrar, que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo de acordo com o relatório da Antra – Associação Brasileira de Travestis e Transexuais², tendo inclusive casos de subnotificação em decorrência da falta de transparência do Estado, o que torna o número de mortes ainda maior.

Segundo a Antra a média de idade em que crianças trans são expulsas de casa é de 13 anos, a identificação com a identidade de gênero vem desde cedo, não é uma escolha, mas uma descoberta, uma descoberta que leva a repressões terríveis da própria família, dos colegas de escola e da sociedade como um todo.

O Projeto Além do Arco-Íris com o Grupo Afro-Reggae levantou os dados de que 72% (setenta e dois por cento) da população trans sequer consegue terminar o ensino médio, ao passo que 56% não terminam o ensino médio e somente 0.02% têm acesso ao ensino superior.

Segundo dados de estudo da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais – FLACSO em parceria com o **PRÓPRIO MEC** denominado *Juventudes na Escola, Sentidos e Buscas, por que frequentam?* LGBTIfobia é um dos principais pontos de evasão escolar:

“Homossexuais, transexuais, transgêneros e travestis são indicados como pessoas que não se queria ter como colega de classe por 19,3% dos alunos, sendo os jovens do EM os que mais se rejeitam essas pessoas”.

¹ <https://icd.who.int/browse11/l-m/en#/http%3a%2f%2fid.who.int%2fcd%2fentity%2f411470068>

² <https://antrabrasil.org/assassinatos/> e <https://www.metropoles.com/brasil/direitos-humanos-br/brasil-tem-o-maior-indice-de-pessoas-mortas-por-transfobia>

Em planilha do estudo 7,1% dos alunos não gostariam de ter travestis como colegas, 5,3% não gostariam de ter homossexuais como colegas, 4,4% não gostariam de ter transexuais como colegas e 2,5% não gostariam de ter transgêneros como colegas. **Esso só estamos falando de alunos que tiveram coragem de declarar seu preconceito.**

Em estudo realizado em 2016 com o nome “Pesquisa Nacional sobre o ambiente educacional no Brasil” com 1.016 estudantes com idade de 13 a 21 anos em todos os estados, com exceção de Tocantins. No qual 71% se identificam como gays ou lésbicas, 22% bissexuais ou pansexuais e 7% travestis e transexuais. 60% declararam que se sentem inseguros nas escolas por serem LGBTI+, 73% foram agredidos verbalmente, 36% foram agredidos fisicamente, 68% foram agredidos em razão de sua identidade ou expressão de gênero.

Nesse mesmo sentido, a Fundação Roberto Marinho divulgou estudo informando que o Brasil perde R\$214.000.000.000,00 (duzentos e quatorze bilhões de reais) por ano com a evasão escolar, embora o estudo não faça recortes de sexualidade e identidade de gênero, sabemos que esses dados levantados anteriormente estão enquadrados nessa evasão³.

Aqui cabe uma indagação, quanto de fato custo para o Brasil o estímulo do preconceito? O Brasil perde socialmente, culturalmente e economicamente.

O inconformismo pode vir para qualquer pessoa em qualquer momento de sua vida, desde crianças em sua idade pré-escolar até adultos ou idosos, não é questão de escolher, mas descobrir.

Querer suprimir famílias que não condizem com um padrão tradicional, ou pior, alegar que uma população, que sofre com o estigma desde os primórdios do Brasil, quer “destruir a família” é uma ferramenta poderosa de instigar o pânico moral que resulta em mais violência contra este grupo.

Não é de hoje que pessoas se utilizam das mídias ou de seu alcance enquanto figura pública para divulgar infinitas *fake news* induzindo a população a erro, manipulando as pessoas sobre assuntos que de fato não possuem conhecimento concreto. A fala tem um enorme poder e justamente por isso, seu abuso deve ser responsabilizado, conforme estabelece nossa Constituição Federal.

³ <https://frm.org.br/sem-categoria/indicadores-de-consequencia/>

Discursos como o realizado pela Noticiada devem ser responsabilizados no rigor da Lei em busca de uma equidade social capaz de dialogar com todas as diferenças, base da democracia.

2. DA COMPETÊNCIA ESTADUAL PARA PROCESSAMENTO DO CRIME

O simples fato de o suposto crime ter sido realizado usando a internet não faz com que deva ser processado na Justiça Federal, este é o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. **AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CRIME DE RACISMO PRATICADO PELA INTERNET. COMPETÊNCIA. DISCUSSÃO JÁ DECIDIDA PELO SUPERIRO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. JUSTIÇA COMUM.**

1. Tal como consta no parecer do Ministério Público Federal, “a questão ora em análise competência jurisdicional para o julgamento de feito relativo à prática do crime de racismo via internet – foi devidamente analisada em momento processual próprio, assentando-se na ocasião tanto no âmbito do STJ (em sede de conflito de competência), quanto no âmbito do STF (em sede de habeas corpus), o entendimento jurisprudencial prevalecente, qual seja, o de que o processo e julgamento do feito competia à Justiça Estadual”.

2. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que **“a divulgação de mensagens incitadoras da prática de crime pela rede mundial de computadores não é suficiente para, de per si, atribuir à prática do crime a demonstração de resultado além do território nacional”** (ACO 1.780, Rel. Min. Luiz Fux). Ainda nessa linha, veja-se o RE 1.053.961, Rel. Min. Dias Toffoli.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

A decisão do STF é inequívoca sobre o assunto e não há de se falar em competência federal para o caso. Há total liberdade para integrantes do sistema de Justiça discordarem das decisões do STF, mas no sistema brasileiro, ainda que as decisões do STF fossem equivocadas (o que não é o caso), elas devem ser respeitadas e seguidas.

Além disso em setembro de 2022 o MPF editou o enunciado 105 no mesmo teor:

Enunciado nº 105

Não é de atribuição do Ministério Público Federal apurar crimes envolvendo condutas homofóbicas, ainda que praticadas por meio da rede mundial de computadores, tendo em vista a inexistência de tratado ou convenção internacional sobre o tema (CF, art. 109, V).

Aprovado na 209ª Sessão de Coordenação, de 05/09/2022.

Desta forma, por ter abrangência contra toda a população LGBTI+ brasileira, o crime pode ser processado em qualquer unidade federativa do Brasil, firmando sua competência pelo fenômeno da prevenção.

3. DO DIREITO

No dia 13 de junho de 2019 o STF julgou a ADO 26 e MI 4733 e reconheceu a LGBTIfobia enquanto espécie de racismo. Na decisão, a Suprema Corte reconheceu que o racismo possui caráter político-social, e, portanto, a população LGBTI+ deve ser protegida nos termos da Lei 7.716/89 enquanto não houver lei específica.

Além da Lei nº 7.716/89 que aplica-se nos casos de racismo LGBTI+, nas últimas décadas o mundo tem entendido que a diversidade é crucial para o desenvolvimento de qualquer civilização humana, nesse ínterim diversas normas foram editadas acerca do tema no Brasil e no mundo para que o princípio da dignidade da pessoa humana não seja simplesmente um enfeite em uma folha de papel.

A Constituição Cidadã é um bom exemplo disso em seu artigo 3º I e IV estabelecendo como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Vários tratados vão ao encontro da ideia de proteção dos direitos humanos, direitos esses que incluem Direitos LGBTI+, dentre elas é importante lembrar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), o Protocolo de São Salvador (1988), a Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban, 2001).

Os Princípios de Yogyakarta merecendo destaque nessa peça o segundo e o vigésimo quarto, *in verbis* respectivamente:

2. DIREITO À IGUALDADE E A NÃO-DISCRIMINAÇÃO

Todas as pessoas têm o direito de desfrutar de todos os direitos humanos livres de discriminação por sua orientação sexual ou identidade de gênero. Todos e todas têm direito à igualdade perante à lei e à proteção da lei sem qualquer discriminação, seja ou não também afetado o gozo de outro direito humano. A lei deve proibir qualquer dessas discriminações e garantir a todas as pessoas proteção igual e eficaz contra qualquer uma dessas discriminações. A discriminação com base na orientação sexual ou identidade de gênero inclui qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na orientação sexual ou identidade de gênero que tenha o objetivos ou efeito de anular ou prejudicar a igualdade perante à lei ou proteção igual da lei, ou o reconhecimento, gozo ou exercício, em base igualitária, de todos os direitos humanos e das liberdades fundamentais. A discriminação baseada na orientação sexual ou identidade de gênero pode ser, e comumente é, agravada por discriminação decorrente de outras circunstâncias, inclusive aquelas

relacionadas ao gênero, raça, idade, religião, necessidades especiais, situação de saúde e status econômico.

DIREITO DE CONSTITUIR FAMÍLIA

Toda pessoa tem o direito de constituir uma família, independente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. **As famílias existem em diversas formas. Nenhuma família pode ser sujeita à discriminação com base na orientação sexual ou identidade de gênero de qualquer de seus membros**

A opinião consultiva OC 24-7 de 24 de novembro de 2017 na Comissão Interamericana de Direitos humanos a requerimento da República da Costa Rica garantindo a proteção da orientação sexual e igualdade de gênero no artigo 1.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos, vale dizer que tal OC foi um dos fatores importantes levantados no RE 670422 e posteriormente no provimento 73/2018 do CNJ que assegurou o direito à retificação de registro civil por pessoas trans em cartório **RECONHECENDO O CARÁTER CONSTITUCIONAL DO DIREITO AO RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE DE GÊNERO PELO ESTADO**. A riqueza argumentativa da OC 24-7 é gigante, decidimos citar o trecho de número 63, vale dizer:

63. **A este respeito, o Tribunal estabeleceu que o artigo 1.1 da Convenção é uma norma de caráter geral** cujo conteúdo se estende a todas às disposições do tratado, **e estabelece a obrigação dos Estados Partes de respeitar e garantir o pleno e livre exercício dos direitos e liberdades nele reconhecidos "sem qualquer discriminação"**. Ou seja, independentemente da origem ou da forma que assuma, qualquer tratamento que possa ser considerado discriminatório em relação ao exercício de qualquer um dos direitos garantidos na Convenção é, per se, incompatível com a mesma. A violação pelo Estado da obrigação

geral de respeitar e garantir os direitos humanos, por meio de qualquer tratamento diferente que possa resultar discriminatório, ou seja, que não persiga fins legítimos, seja desnecessário e/ou desproporcional, gera responsabilidade internacional. É por isso que existe uma ligação indissolúvel entre a obrigação de respeitar e garantir os direitos humanos e o princípio da igualdade e da não discriminação.

Ainda devemos mencionar o Decreto 8.727/16 que dispõe do conceito de identidade de gênero e a garantia do uso do nome social em nível da administração pública direta ou indireta de nível federal.

E diversas outras normas que coadunam com o pensamento de que direitos da população LGBTI+ são direitos humanos e devem ser tratados com a seriedade adequada, tendo em vista que inerentes ao direito da personalidade, amparado pela dignidade da pessoa humana.

Conforme já dizia Ives Gandra sobre o direito à personalidade:

A lei não pode alterar, ao bel-prazer do legislador, direitos indisponíveis ou disponíveis, mas apenas aqueles cuja disponibilidade decorra de princípio geral flexível, admitido pela lei suprema. O que for, explícita ou implicitamente, indisponível na Constituição, não poderá tornar-se disponível por força de lei.

Isto posto, a dignidade da pessoa humana, não pode ser mitigada, pois é fundamento da própria existência, e sua ofensa, deve ser punida no rigor da lei, frisando que no caso em tela, a ofensa não foi individual, **atingiu a toda a população LGBTI brasileira.**

Conforme relatado, claro é o caráter discriminatório, o racismo na fala Noticiada, fala essa proferida usando meios de comunicação social de massa (*Instagram*). Seu discurso, **fomenta a violência contra a população LGBTI+**, em um país onde a vida dessas pessoas encontra-se em risco constante.

Nesse sentido, na Ação que reconheceu as discriminações LGBTIfóbicas como discriminações racistas, o voto do Ministro Ricardo Lewandowski abordou sobre a

importância da tutela desses direitos relativos à orientação sexual e a proteção do estado para grupos minoritários historicamente discriminados, a conforme transcrição abaixo:

Direitos relativos à orientação sexual e à identidade de gênero são reconhecidos, hoje, nacional e internacionalmente, como essenciais para a dignidade e humanidade da pessoa humana, integrando o núcleo dos direitos à igualdade e à não-discriminação. Os referidos Princípios de Yogyakarta voltam-se a tutelar o indivíduo diante da violência, do assédio, da discriminação, da exclusão, da estigmatização e do preconceito dirigidos contra pessoas em todas as partes do mundo por causa de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Esses grupos, por serem minoritários e, não raro, vítimas de preconceito e violência, demandam especial proteção do Estado. Nesse sentido, a criminalização de condutas discriminatórias não é só um passo importante, mas também obrigatório, eis que a Constituição contém claro mandado de criminalização neste sentido: conforme o art. 5º, XLI, “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”.

O voto do Ministro Relator Celso de Melo analisou a necessidade de garantir proteção da comunidade LGBTI+ contra qualquer discriminação ou intolerância, sendo que os dados ainda demonstram as diversas formas de agressão motivadas pela orientação sexual ou identidade de gênero, abaixo:

Isso significa que também os homossexuais (e também, os integrantes da comunidade LGBT) têm o direito de receber a igual proteção das leis e do sistema político-jurídico instituído pela Constituição da República, mostrando-se arbitrário e inaceitável qualquer medida que exclua, que discrimine, que fomente a intolerância, que estimule o desrespeito e que desigale as pessoas em razão de sua orientação sexual ou de

sua identidade de gênero. Essa afirmação, mais do que simples proclamação retórica, traduz o reconhecimento, que emerge do quadro das liberdades públicas, de que o Estado não pode tolerar comportamentos nem formular prescrições normativas que provoquem, por efeito de seu conteúdo discriminatório, a exclusão jurídica de grupos, minoritários ou não, que integram a comunhão nacional.

(...)

Os dados estatísticos revelados pelos “*amici curiae*” demonstram que a comunidade LGBT no Brasil é, reiteradamente, vítima das mais diversas formas de agressão motivadas, única e exclusivamente, pela orientação sexual e/ou identidade de gênero dos indivíduos, sendo as agressões físicas – lesões corporais e homicídios – a concretização efetiva do comportamento racista dirigido contra essa minoria, dissonante do padrão hétero-normativo prevalecente na sociedade brasileira.

Nesse mesmo sentido, **a respeitável decisão entende que o conceito de racismo ultrapassa aspectos biológicos ou fenotípicos** e alcança a negação da dignidade e humanidade desses grupos vulneráveis, em que consta:

O conceito de racismo, compreendido em sua dimensão social, **projeta-se para além** de aspectos **estritamente** biológicos ou fenotípicos, **pois resulta, enquanto manifestação de poder, de uma construção de índole histórico-cultural motivada** pelo objetivo de *justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles* que, *por integrarem grupo vulnerável (LGBTI+) e por não pertencerem* ao estamento **que detém** posição de hegemonia em uma dada estrutura social, **são considerados** estranhos e diferentes, **degradados** à condição de marginais do ordenamento

jurídico, **expostos**, em consequência de odiosa inferiorização e de perversa estigmatização, a uma injusta e lesiva situação de exclusão do sistema geral de proteção do direito.

Ainda em seu voto, o Ministro Celso de Mello fez um resgate histórico das perseguições sofridas pela comunidade LGBTI+, lembrando casos recentes de violências, trazendo dados de mortes de ódio – sem se esquecer das subnotificações.

Assim, é evidente que falas como a proferida pela Noticiada, repletas de elementos que excluem, inferiorizam e subjagam pessoas da comunidade LGBTI devem ser combatidas.

O STF usou o conceito político social de raça, bem como de racismo, não sendo a primeira vez que a Lei de Racismo teve seu rol reconhecido de tal forma por nossa Corte Maior, no HC 82.424/RS foi definido que o antissemitismo é conduta racista por **inferiorizar um grupo social relativamente a outro**.

HABEAS-CORPUS. PUBLICAÇÃO DE LIVROS: ANTI-SEMITISMO. RACISMO. CRIME IMPRESCRITÍVEL. CONCEITUAÇÃO. ABRANGÊNCIA CONSTITUCIONAL. LIBERDADE DE EXPRESSÃO. LIMITES. ORDEM DENEGADA. (...)

8. Racismo. Abrangência. Compatibilização dos conceitos etimológicos, etnológicos, sociológicos, antropológicos ou biológicos, de modo a construir a definição jurídico-constitucional do termo. Interpretação teleológica e sistêmica da Constituição Federal, conjugando fatores e circunstâncias históricas, políticas e sociais que regeram sua formação e aplicação, a fim de obter-se o real sentido e alcance da norma.

13. Liberdade de expressão. Garantia constitucional que não se tem como absoluta. Limites morais e jurídicos. **O direito à livre expressão não pode abrigar, em sua abrangência, manifestações de conteúdo imoral que implicam ilicitude**

penal. 14. As liberdades públicas não são incondicionais, por isso devem ser exercidas de maneira harmônica, observados os limites definidos na própria Constituição Federal (CF Art. 5º § 2º, primeira parte). **O preceito fundamental de liberdade de expressão não consagra o "direito à incitação ao racismo"**, dado que um direito individual não pode constituir-se em salvaguarda de condutas ilícitas, como sucede com os delitos contra a honra. Prevalência dos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade jurídica. (...) (STF - HC 82.424-2 RS. Relator MOREIRA ALVES. Data de julgamento 17/09/2003, Tribunal Pleno. Data de publicação: 19/03/2004)

Ainda que a liberdade de expressão ou liberdade religiosa sejam direitos constitucionais, que envolvem o pluralismo de ideias e a livre manifestação dos indivíduos, **não há nenhum direito que se revista de caráter absoluto**, principalmente quando envolve questões de interesse público ou quando desrespeitados outras garantias da própria Constituição, como os preceitos fundamentais de direito humanos e sociais, previstos no artigo 3 e artigo 1, da Constituição Federal.

O Excelso Supremo Tribunal Federal já se pronunciou anteriormente acerca da extensão dos direitos e garantias individuais e ponderou ressalvas sobre o tema, a seguir:

Não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimam, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos pela própria Constituição.

O estatuto constitucional das liberdades públicas, ao delinear o regime jurídico a que estas estão sujeitas – e

considerado o substrato ético que as informa –, permite que sobre elas incidam limitações de ordem jurídica, destinadas, de um lado, a proteger a integridade do interesse social e, de outro, a assegurar a coexistência harmoniosa das liberdades, pois nenhum direito ou garantia pode ser exercido em detrimento da ordem pública ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros.”

Esse entendimento também fica evidente no voto que reconheceu a LGBTIfobia enquanto crime da espécie de racismo, a seguir transcrito:

A livre expressão e divulgação de ideias não deve (nem pode) ser impedida pelo Estado, **cabendo advertir, no entanto – precisamente por não se tratar de direito absoluto –, que eventuais abusos cometidos no exercício dessa prerrogativa constitucional ficarão sujeitos à apreciação do Poder Judiciário, mediante controle jurisdicional “a posteriori”.**

(...)

Com efeito, *a necessidade de assegurar-se*, em nosso sistema jurídico, **proteção às minorias e aos grupos vulneráveis qualifica-se, na verdade, como fundamento imprescindível à plena legitimação material** do Estado Democrático de Direito.

Ainda sob esse prisma, insta salientar que manifestações que **degradem, inferiorizem, subjuguem, ofendam ou que levem a intolerância ou discriminação, não estão protegidos pela liberdade de expressão**, e podem ser configurados como crime, conforme entendimento do STF:

É que pronunciamentos **de índole religiosa** que **extravasam** os limites da livre manifestação de ideias, **degradando-se** ao nível primário do insulto, da ofensa e, **sobretudo, do estímulo à intolerância e ao ódio público** *contra*

os integrantes da comunidade LGBT, por exemplo, **não merecem** a dignidade da proteção constitucional **que assegura** a liberdade de expressão do pensamento, **que não pode compreender**, em seu âmbito de tutela, manifestações **revestidas** de ilicitude penal.

Isso significa, portanto, que a prerrogativa concernente à liberdade de manifestação do pensamento, por mais abrangente **que deva ser** o seu campo de incidência, **não constitui** meio que possa legitimar a exteriorização de propósitos criminosos, **especialmente quando as expressões de ódio público** – **veiculadas com evidente superação** dos limites da propagação de ideias – **transgridem, de modo inaceitável**, valores tutelados **pela própria ordem constitucional**.

O discurso do ódio⁴, também conhecido como *hate speech*, é disseminado e promovido no momento que uma classe considerada, ainda que socialmente e não numericamente, como maioria, utiliza-se de manifestações públicas de pensamento para oprimir e ofender grupos minoritários, sejam eles étnicos, religiosos ou sexuais. Desta forma, os discursos de ódio contra um grupo de pessoas podem atingir bens jurídicos de uma coletividade, um número indeterminado de indivíduos, representado por um número indefinido de ofendidos.

Para a ministra Cármen Lúcia no julgamento destas ações⁵, “*a singularidade de cada ser humano não é pretexto para a desigualdade de dignidades e direitos, e a discriminação contra uma pessoa atinge igualmente toda a sociedade. A tutela dos direitos fundamentais há de ser plena, para que a Constituição não se torne mera folha de papel*”.

Não há como ignorar o potencial ofensivo do discurso de ódio desferido contra um grupo de pessoas com orientações sexuais e identidades de gênero diferente do padrão cisheteronormativo, **principalmente quando proferido por uma pessoa pública com quase 150.000 seguidores no Instagram**⁶.

⁴ Revista Pensamento Jurídico – São Paulo – Vol. 13, Nº 1, jan./jun. 2019

⁵ ADO 26 e MI 4733, decisão do dia 13/06/2020, E. Supremo Tribunal Federal

⁶ <https://www.instagram.com/kiscassia/>

Passo agora a analisar a fala em sentido concreto e o nexos causal entre a fala e o crime de racismo:

"Não existe mais o homem e a mulher, mas a mulher com mulher e homem com homem, essa ideologia de gênero que já está nas escolas. Eu recebo as imagens inacreditáveis de crianças de 6, 7 anos se beijando.

O que está por trás disso? Destruir a família. Destruir a vida humana? Porque onde eu saiba homem com homem não dá filho, mulher com mulher também não dá filho. Como a gente vai fazer? Se você tem um casal gay é uma coisa, quando eles querem adotar uma criança, mas e quando não tiver mais?".

No primeiro parágrafo há clara homofobia, discriminação e inferiorização de pessoas que não se relacionam de maneira heteroafetiva, além de propagar a falácia da “ideologia de gênero” já debatida inúmeras vezes pelo STF seja na ADO 26/MI 4.733 ou nas ações que versam sobre as famigeradas leis da “escola sem partido”.

Além disso as referidas imagens que a atriz se refere são falsas como checado pela Agência Lupa⁷, ou seja, o ódio e a discriminação é reforçado pela desinformação na tentativa de criação de pânico moral.

O segundo parágrafo é tão grave quanto já que alega que o objetivo da população LGBTI+ é destruir a família ou a vida humana. As falas são completamente irrazoáveis e ferem o direito à liberdade de expressão, são falas revestidas de discurso de ódio.

As publicações aqui elencadas se enquadram perfeitamente no §2º do artigo 20 da Lei 7.716/89, *in verbis*:

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.
(Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

Pena: reclusão de um a três anos e multa.

⁷<https://twitter.com/agencialupa/status/1584922731514036226?s=20&t=6d675qmRu6sJy9STOpIAbw>

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no caput é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza: (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

Entendemos que se trata da forma qualificada do crime, uma vez que foram emitidas em live na rede social Instagram.

Além disso defendemos que os crimes da modalidade de racismo da gravidade do aqui descrito, por terem tratamento especial dado pela Constituição Federal, não podem ser alvo de institutos despenalizadores a exemplo do acordo de não persecução penal.

Hoje no Brasil há recomendação aos membros do Ministério Público nesse sentido em pelo menos 5 unidades da federação.

O Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos do Ministério Público de Pernambuco o faz, por meio da Nota Técnica n.º 10/2020⁸:

A discriminação entre as pessoas por motivo de raça, cor ou origem étnica é um obstáculo às relações amistosas e pacíficas entre as nações e é capaz de perturbar a paz e a segurança entre os povos e a harmonia de pessoas vivendo lado a lado, até dentro de um mesmo Estado. Por fim, o Supremo Tribunal Federal, no HC 104.410/RS, bem alertou que os direitos fundamentais não podem ser considerados apenas como proibições de intervenção, expressando também um postulado de proteção. Pode-se dizer que os direitos fundamentais expressam não apenas uma proibição do excesso, como também podem ser traduzidos como proibições de proteção insuficiente ou imperativos de tutela.

⁸ <https://www.mppe.mp.br/mppe/comunicacao/noticias/12937-caop-criminal-emite-nota-sobre-impossibilidade-de-acordo-de-nao-persecucao-penal-em-crimes-de-racismo>

A Procuradoria Geral de Justiça e Corregedoria Geral do MP do Ministério Público de São Paulo, por meio da Orientação Conjunta N° 01/2020 PGJ/SP e CGMP/SP⁹.

Com o fim de obedecer e concretizar os fundamentos, objetivos e os princípios estabelecidos na Constituição Federal, nos documentos internacionais de direitos humanos, em especial na Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, **os órgãos de execução do Ministério Público do Estado de São Paulo devem evitar qualquer instrumento de consenso (transação penal, acordo de não persecução penal e suspensão condicional do processo) nos procedimentos investigatórios e processos criminais envolvendo crimes de racismo**, compreendidos aqueles tipificados na Lei 7.716/89 e no art. 140, §3º, do Código Penal, pois desproporcional e incompatível com infração penal dessa natureza, violadora de valores sociais.

O Centro de Apoio Operacional das Procuradorias e Promotorias de Justiça Criminais e Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania do Ministério Público do Acre, por meio da Nota Técnica Orientativa Conjunta 01/2020:

Igualmente o Ministério Público do Acre, coaduna com a diretriz de política criminal em tela e **firma entendimento pela inadequação dos instrumentos em comento (transação penal, acordo de não persecução penal e suspensão condicional do processo) nos feitos em que o fato sob apuração, esteja compreendido entre os crimes de racismo** posto sua especificidade a qual requer para sua prevenção e repressão uma ação mais contundente.

A Procuradoria Geral de Justiça e Corregedoria Geral do MP do Ministério Público do Piauí, por meio da Recomendação Conjunta PGJ/CGMP-PI N° 04/2020:

⁹http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Criminal/Noticias_CA0_Criminal/recomenda%C3%A7%C3%A3o%2001%20cg%20pgj.pdf

RECOMENDAM aos membros do Ministério Público do Estado do Piauí, como diretriz de política criminal da Instituição, **que se abstenham de aplicar qualquer instrumento consensual, a exemplo da transação penal, da suspensão condicional do processo e do acordo de não persecução penal, em procedimentos judiciais criminais e em procedimentos investigatórios criminais que versem sobre crimes de racismo**, compreendidos aqueles tipificados na Lei 7.716/89 e no art. 140, § 3º, do Código Penal, uma vez que desproporcionais e incompatíveis com infração penal dessa natureza, violadora de valores sociais, humanitários e igualitários.

E o Núcleo de Direitos Humanos e o Núcleo de Enfrentamento à Discriminação do Distrito Federal emitiram em conjunto a Nota Técnica Nº 01/2021 – NED/NDH¹⁰:

O Núcleo de Direitos Humanos do MPDFT, através do Núcleo de Enfrentamento à Discriminação, publica a presente nota técnica orientativa, como diretriz de política criminal da Instituição, para que os órgãos de execução do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios se abstenham de aplicar qualquer instrumento descriminalizante, a exemplo da transação penal, do acordo de não persecução penal - ANPP e da suspensão condicional do processo, nos procedimentos investigatórios e processos criminais envolvendo crimes de racismo, compreendidos aqueles tipificados na Lei nº 7.716/89 e no art. 140, § 3º, do Código Penal, tendo em vista que quaisquer desses instrumentos são desproporcionais e incompatíveis com citadas infrações penais, violadoras de valores sociais, humanitários e igualitários.

10

https://www.mpdft.mp.br/portal/images/pdf/nucleos/ned/Nota_tecnica_n%C2%BA_01_2021_NED_ND_H.pdf

Assim, entendemos que a Notificada deve ser denunciada e condenada pela prática do crime de homotransfobia.

4. DOS PEDIDOS

Ex positis, requer:

- I) Seja instaurado processo investigativo para analisar a autoria e materialidade do material aqui juntado;
- II) Sejam tomadas providências para garantia da cadeia de custódia com preservação do material publicado pela Noticiada;
- III) Em caso de indiciamento seja encaminhado os autos ao Ministério Público do estado de Goiás com cópia desta notícia crime para eventual denúncia ou alternativamente propositura de ANPP.

Goiânia, 28 de outubro de 2022

Amanda Souto Baliza

OAB/GO 36.578

Coordenadora da Área Jurídica da Aliança Nacional LGBTI+

Diretora Jurídica da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas

Vídeo com a fala citada na petição:

https://www.youtube.com/watch?v=TuNm5XOwAXE&ab_channel=UOL

URL com o arquivo do vídeo em MP4:

<https://drive.google.com/drive/folders/1XaFuFDsmcgILex9MedvhWQb6N1wIVOCL?usp=sharing>

Checagem da Agência Lupa sobre as imagens mencionadas na fala:

<https://twitter.com/agencialupa/status/1584922731514036226?s=20&t=6d675qmRu6sJy9STOpIAbw>

Reportagem da UOL:

<https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/10/27/cassia-kis-faz-discurso-homofobico.htm>

Reportagem da Terra:

<https://www.terra.com.br/nos/cassia-kis-faz-declaracoes-homofobicas-e-diz-que-pandemia-foi-maravilhosa,250b269b9199e9bcc46bb8602f9a4c2fojfbdx6a.html>

Reportagem do Estadão:

<https://www.estadao.com.br/emails/gente/cassia-kis-diz-que-casais-homoafetivos-destroem-a-familia-e-vida-humana/>

Reportagem da Folha de SP:

<https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2022/10/cassia-kis-critica-mimimi-da-esquerda-da-globo-e-revela-mal-estar-com-paulo-betti.shtml>



Reportagem do O Globo:

<https://oglobo.globo.com/kogut/noticia/2022/10/cassia-kis-faz-comentarios-homofobicos-em-live-e-causa-polemica.ghtml>

Reportagem do Mais Goiás:

<https://www.maisgoias.com.br/cassia-kis-diz-que-pandemia-foi-maravilhosa-e-que-gays-querem-destruir-a-familia/>

Reportagem do O Popular:

<https://opopular.com.br/noticias/magazine/c%3%A1ssia-kis-faz-discurso-homof%3%B3bico-em-live-1.2548878>